

**O DISCURSO DO *DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA
PORTUGUESA, DE CALDAS AULETE:
DE 1881 ATÉ A ATUALIDADE***

Giovana Iliada Giacomini¹

gigiacomini@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo mostrar os resultados de uma análise discursiva dos dicionários de Francisco Julio de Caldas Aulete (1823-1878), o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (doravante DCLP) e suas reedições.

O DCLP é um dos mais reconhecidos dicionários de língua portuguesa e foi um sucesso editorial. Sua primeira edição data de 1881 em Lisboa. Em Portugal, seguem-se mais duas edições, a de 1925 e 1948. Em 1958, ele ganha a primeira edição brasileira, seguida de quatro reedições pela editora Delta: em 1964, 1974, 1980 e 1987. Em 2004, o DCLP ganha uma edição de minidicionário pela editora Nova Fronteira.

Para a realização deste trabalho, seguimos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), teoria inaugurada na França nos anos 60. Segundo Orlandi (1999: 30), a AD é uma teoria que toma a linguagem como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Conforme Pêcheux (*apud* ORLANDI, 1999: 21), o discurso pode ser definido como “efeitos de sentido entre locutores” e, para analisar o funcionamento do discurso,

¹ IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, campus da UNESP de São José do Rio Preto – SP.

é preciso relacionar os fenômenos lingüísticos à sua exterioridade, isto é, às condições de produção do discurso.

Nossa pesquisa toma como base os trabalhos de Collinot & Mazière (1997), Delessale & Valensi (2002) e Nunes (2001), que propõem tomar o dicionário como um objeto discursivo. Este modo de analisar o dicionário permite observar que ele coloca em circulação certos modos de dizer de uma sociedade. Assim, ele deve ser analisado levando-se em consideração as condições em que ele foi produzido e a ideologia que nele se manifesta. Tanto os sentidos produzidos pelo dicionário quanto os sujeitos que o produzem (as posições do sujeito lexicógrafo) aparecem em determinadas conjunturas sócio-históricas.

A análise dos dicionários de Caldas Aulete traz uma grande contribuição para a história dos dicionários de língua portuguesa, principalmente do Brasil. De acordo com Nunes (2002: 102), o século XX, no qual há o maior número de edições do DCLP, é um período em que há a consolidação da lexicografia brasileira, com a produção de dicionários brasileiros, principalmente a partir dos anos 30. Nesse espaço, o dicionário de Aulete ocupou um espaço importante. No final do século XIX e início do século XX, ele foi um dos representantes dos dicionários portugueses que circulavam no Brasil, onde ainda não havia uma produção própria que concorresse com a portuguesa. A partir de 1958, quando o DCLP ganha a sua primeira edição brasileira pela Editora Delta, ele passa a ser um dicionário brasileiro, um representante dos dicionários produzidos no Brasil.

Ao realizar nossa análise, tivemos como objetivo explicitar os processos de significação presentes nesse discurso, a influência do DCLP no espaço brasileiro, assim como o significado de um mesmo dicionário ser publicado em dois territórios, as rupturas e os deslocamentos discursivos que essa mudança implica. Observamos aspectos discursivos como: as diferentes formações discursivas em relação no discurso; a construção da posição do lexicógrafo, como a imagem do público-leitor, do dicionário, da língua, da sua posição enquanto autor de um dicionário; as paráfrases e os deslocamentos de sentido na passagem de uma edição a outra; a relação do dicionário com a conjuntura sócio-histórica em que ele foi produzido.

Como *corpus*, analisamos os prefácios e uma amostragem de verbetes de cada edição, o que permitiu que tivéssemos uma visão geral da obra, do seu discurso, dos efeitos de sentido ali produzidos.

2. QUADRO TEÓRICO

A perspectiva teórica, conforme já foi afirmado, é a da AD. Antes de iniciarmos a exposição dos resultados de análise, faremos algumas considerações a respeito dos conceitos mobilizados em nosso trabalho.

Um dos conceitos que operacionalizamos é o de *condições de produção do discurso*. Segundo Orlandi (1999: 30-31), as condições de produção compreendem os sujeitos do discurso e a e a situação de sua produção. As mudanças nessas condições de produção podem afetar os discursos produzidos como, por exemplo, a passagem de uma edição do DCLP para outra.

Orlandi ainda propõe considerar as condições de produção em dois níveis: em *sentido estrito*, e temos o contexto imediato; em *sentido amplo*, e temos o contexto sócio-histórico, ideológico.

Para estudar o contexto imediato, partimos do conceito de *formações imaginárias* que, segundo Pêcheux (1990: 82-83), designam o lugar que os locutores atribuem a si, ao outro, a imagem que fazem do seu lugar e do lugar do outro. No nosso trabalho, consideraremos a imagem do leitor, do público leitor, do dicionário e da língua.

E para compreendermos o contexto mais amplo da produção desses discursos, consideramos o contexto sócio-histórico que envolve a produção do dicionário, assim como o estado em que se achavam os estudos lingüísticos na época em que o dicionário se insere. Para isso, recorreremos à teoria da *História das Idéias Lingüísticas*, cujos trabalhos tem como objetivo, entre outros, estudar os processos de constituição da língua nacional brasileira (ORLANDI, 2001-1: 7).

Utilizamos também os conceitos de *formação discursiva* e de *interdiscurso*. O conceito de formação discursiva, tal como o concebe Pêcheux (1997: 160-161), pode ser definido como aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito. Já o *interdiscurso* é o “todo complexo como dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. Ele pode ser entendido como tudo o que já foi dito antes e em outro lugar.

Além disso, partimos da noção de *nomenclatura* proposta por Collinot & Mazière (1997: 53-55). Segundo esses autores, o primeiro gesto de um lexicógrafo autor de um dicionário é elaborar a lista de entradas que constituirão a sua obra, cujo conjunto forma a chamada nomenclatura. Assim, o lexicógrafo recorta um número finito de

palavras dentre todo o potencial da língua. Para realizar esse recorte, o autor usa alguns critérios. Pela análise do prefácio de um dicionário, é possível depreender esses critérios, pois, segundo Collinot & Mazière (1997: 55), é nele que o lexicógrafo, de uma certa maneira, projeta uma imagem do público visado, suas intenções editoriais. Nele, também podemos perceber qual é a imagem de língua que ali prevalece, a imagem do dicionário ideal, as filiações teóricas.

Ao analisar o DCLP, um outro conceito nos foi pertinente: o de *autoria*. Este conceito foi, primeiramente, proposto por Foucault (2004: 21) que o colocava como um dos mecanismos de controle, seleção, organização e distribuição que regem a produção do discurso.

Orlandi (2001-2) desloca esse conceito, colocando-o como um efeito de unidade do texto, produzido pelos esquecimentos que propõem Pêcheux (1997: 173). De acordo com esse autor, em cada discurso, existe uma “ilusão necessária” que é constitutiva do sujeito: a de que ele é portador de escolhas, intenções, decisões e essa ilusão se estrutura no sujeito por duas formas de esquecimento, que estão na base dessa ilusão de sujeito como origem do dizer: o *esquecimento n°2* e o *esquecimento n°1*. O *esquecimento n° 2* é quando o sujeito-falante escolhe formas e seqüências que se encontram na formação discursiva que o domina em relação de paráfrase. Já o *esquecimento n° 1* é aquele por meio do qual o sujeito dissimula sua dependência do interdiscurso. Inconscientemente, o sujeito “apaga” a formação discursiva com a qual ele se identifica, o que resulta na ilusão do sujeito como fonte do sentido.

Os efeitos de sentido produzidos por esses esquecimentos é o de que o sujeito é a fonte do que diz, de que é responsável por isso. Orlandi (2001-2: 65). chamará esse efeito imaginário de unidade de *textualidade*. Há, então, um processo de textualização do discurso, em que os sentidos tomam corpo e produz-se um efeito de unidade. O texto estaria ligado com a formulação do discurso, quando a memória se atualiza, toma corpo: “A formulação, como dissemos, é a atualização, a textualização da memória” (2001-2:16).

Para Orlandi, sempre que há esse efeito de unidade, tem-se a *função-autor*, que coloca o sujeito na origem do dizer, como aquele responsável pelo que diz e responsável pela progressão, pela não contradição, pelo começo, meio e fim de seu texto. Pela materialidade lingüística do discurso, é possível observar os mecanismos produção da evidência desse autor, a maneira como ele é construído e também as transformações históricas por que ele passa.

Em nosso trabalho, as edições do DCLP foram divididas em três séries: da primeira, fazem parte as edições portuguesas do DCLP, dos anos 1881, 1925 e 1948; a segunda é composta pelas cinco edições brasileiras desse dicionário, dos anos 1958, 1964, 1974, 1980 e 1987; da terceira, faz parte a versão mini do DCLP, publicada pela editora Nova Fronteira de 2004. tratam-se de três momentos da história desse dicionário, com características específicas, decorrentes das mudanças nas condições de produção da obra.

3. A SÉRIE PORTUGUESA DE EDIÇÕES DO DCLP

Iniciaremos a exposição dos resultados de análise pela série portuguesa de edições do DCLP que, como já afirmamos, inclui as publicações em Lisboa nos anos 1881, 1925 e 1948.

Na primeira edição, de 1881, observamos desde o início a imagem do que deve ser um dicionário: um representante da língua atual, “contendo as palavras que são do domínio da conversação, de que boa parte se não encontra nos dicionários nacionais” (CALDAS AULETE, 1881: 1). Isso distancia a obra da tradição lexicográfica portuguesa, pois, ao incluir palavras da “conversação”, ele faz algo raro nos dicionários que o precederam, o que o faz diferenciar-se com relação a esses dicionários, geralmente obras clássicas, de autoridade. Este é um exemplo de uma regularidade no discurso do DCLP de 1881: a proposta de fazer um dicionário novo, sem os problemas que teriam outras obras por ele citadas, conforme veremos abaixo.

Com relação à escolha da nomenclatura, observamos que o critério utilizado foi, além da atualidade, o “uso geral” e a literatura. Mas o grande destaque será com relação à ciência. As críticas que a obra apresenta com relação aos dicionários de Lacerda, Moraes, Roquette são baseadas no fato de eles serem “copiados uns dos outros”, tomando por base o dicionário de Bluteau, mantendo os “preconceitos científicos da sua época”, “da velha ciência”. Há uma divisão entre a ciência antiga (chamada de “a velha ciência”) e a ciência atual (ligada aos termos “progresso”, “descoberta”), e a imagem que se constrói é a de que a velha ciência deve ser substituída no dicionário pela nova ciência e suas descobertas, mas sempre relacionada ao uso geral. E que isso será feito pelo DCLP.

Uma outra questão analisada foi a do português de Portugal (doravante PP) e do português do Brasil (doravante PB). Essa questão nos chamou a atenção quando observarmos as condições de produção em que o DCLP de 1881 se insere. A segunda metade do século XIX, período em que foi publicada a primeira edição do DCLP, é marcada pelo acirrado debate sobre a especificidade do PB, especialmente no Brasil (PFEIFFER, 2001: 167). Essa polêmica foi centrada sobretudo no argumento lexical, como prova o surgimento de coletâneas vocabulares regionais como, por exemplo, a obra de B. C. Rubim “Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa” (1853). Assim, já se acentuava a diferença entre o PP e PB. Com relação a essa polêmica, observamos que o DCLP de 1881 não toca diretamente nessa questão. Apesar disso, por meio da nossa análise, observamos seu posicionamento. No prefácio, vemos que o lexicógrafo estabelece uma tabela de sons e a submete à discussão com lingüistas de Portugal e do Brasil. Além disso, ele reconhece a contribuição lexical brasileira ao elaborar o dicionário. Essas duas características mostram a construção de uma imagem: a de que o PP e o PB são uma só língua, o que justifica a inclusão de palavras dos dois territórios num único dicionário. Porém, nas definições das palavras, existem, em algumas, a marcação *brasileirismos*, o que mostra a imagem de que há diferença entre o PP e o PB. Assim, o dicionário defende a unicidade da língua, mas não a sua homogeneidade. Entretanto, observamos que um espaço muito pequeno foi dado aos *brasileirismos* nessa edição: menos de 2% das palavras de nossa amostragem de verbetes. Assim, embora fosse admitida a diferença entre o PP e o PB, tomou-se a variação européia como padrão e deu-se pouco espaço ao que era tipicamente brasileiro.

Com relação às duas outras obras da série portuguesa, as edições de 1925 e 1948, observamos que elas têm como regularidade a tentativa de se identificar à primeira, tal como pode ser observado em enunciados como “claro está que não alteramos o plano do D.C” (CALDAS AULETE, 1925: 5). Além disso, a imagem que se tem do dicionário continua sendo a de que ele deve ser atual e não uma cópia de outras obras; a de que deve acompanhar os novos estudos realizados; a de que o vocabulário pertencente a essa nomenclatura deve ser usual; a de que um dicionário deve acompanhar o avanço científico, embora não mais aliada ao “discurso geral”.

Na segunda e na terceira edição, o Brasil também aparece, colocado como fonte de colaboração lexical, o que mostra uma visão de língua na qual o PP e o PB são uma só língua, podendo, então, ser registrada em um único dicionário. Entretanto, o espaço

dado aos *brasileirismos* aumentou muito com relação à primeira edição, passando de 2% para 17%. Assim, há uma maior descrição do que é brasileiro no DCLP a partir de 1925 que, como mostraremos na análise da segunda série de dicionários, terá uma maior força quando o dicionário passa a ser publicado no Brasil.

4. SEGUNDA SÉRIE DE EDIÇÕES DO DCLP: A SÉRIE BRASILEIRA PUBLICADA PELA EDITORA DELTA

Passamos agora à análise da série brasileira do DCLP, que se inicia com a primeira edição brasileira em 1958 e, conforme já dissemos, é seguida por mais quatro edições: em 1964, 1974, 1980 e 1987.

O que mais nos chamou a atenção desde o início da análise foi a grande mudança das condições de produção desse dicionário. O DCLP, depois de três edições portuguesas, publicadas em Lisboa, deixa de ser publicado naquele país e passa a ser publicado no Brasil. Assim, a obra é inserida num espaço diferente, com outras publicações já feitas. Além disso, a questão da PP e da PB sofreu algumas mudanças nessa época, pois em 1943, por exemplo, é feito um acordo ortográfico em que há diferenças com relação à ortografia de Portugal. Também em 1958, mesmo ano da publicação do DCLP, foi elaborada a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Assim, o DCLP, um dicionário antes feito predominantemente para portugueses e tomando o PP como padrão, insere-se num espaço onde a política lingüística estabelece as diferenças entre o PP e o PB, dando às características particulares da variante brasileira maior autonomia e legitimidade.

De fato, desde a edição de 1958, observamos mudanças no que tange à questão da diferença entre o PP e PB. Enquanto nas edições anteriores essa questão não é colocada diretamente, no DCLP de 1958, ela é posta muitas vezes, sendo evidenciadas as diferenças “aquém e além-mar”. A imagem da língua única ainda permanece, pois ela é tida como “patrimônio comum dos povos que nela se expressam” e o DCLP, “um valoroso e comum acervo de duas pátrias” (CALDAS AULETE, 1958: 20). Entretanto, a heterogeneidade existente entre o PP e o PB é bem mais ressaltada como, por exemplo, ao aumentar significativamente o número de palavras marcadas como *brasileirismos*, que passou para 37% já na primeira edição brasileira.

Também observamos esse aumento do espaço dado ao PB pelo texto apresentado na edição de 1958, intitulado “a pronúncia normal brasileira da língua portuguesa”, de Antenor Nascentes, em que há uma normatização da pronúncia do PB, tomando a do Rio de Janeiro como padrão. O que mais nos chama a atenção é o fato de que, nas edições de 1881 e 1948 (portuguesas), há a normatização da pronúncia do português ao colocar uma transcrição fonética em todas as edições, descrevendo o PP. Comparando esse tratamento dado à oralidade com o descrito acima, do texto de Antenor Nascentes, observaremos que há uma ruptura desta edição com aquelas, pois a edição de 1958 trata da pronúncia do PB, e não do PP, como era feito antes. Além disso, se antes o PP era colocado como padrão para qualquer falante do português, seja ele de Portugal ou do Brasil, o mesmo não ocorre na edição de 1958, já que essa pronúncia é colocada como a do português que se fala apenas no Brasil. Assim, é pressuposto que haja uma pronúncia típica de Portugal, mas nada é escrito sobre ela, nem no prefácio, nem nas definições. Observamos, então, uma maior aceitação das diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil e também um maior espaço dado à variante brasileira do português, algo que nas outras edições não era feito.

Ao analisar a segunda edição, percebemos que, assim como ocorreu com a série portuguesa, as edições que sucedem a primeira edição da série brasileira terão como regularidade a tentativa de identificar cada reedição com a primeira, pois: o DCLP continua sendo colocado como um dicionário inovador e revisto continuamente; continua a ser dado um maior espaço ao PB; trechos da primeira edição brasileira são continuamente citados.

Entretanto, comparando as edições da série brasileira, chama a atenção o fato de, cada vez mais, a diferença entre o PP e o PB ser ressaltada. A terceira, quarta e quinta edição, de mesmo prefácio e verbetes iguais, são, de todas as edições, as que mais enfatizam essa diferença. No discurso do prefácio de 1974, que se mantém nas edições que o sucedem, o DCLP é definido como a obra que é “elaborada segundo um plano mais desinibidamente brasileiro” (CALDAS AULETE, 1974: 4).

5. TERCEIRA SÉRIE DE DCLP: A VERSÃO MINI PUBLICADA PELA EDITORA NOVA FRONTEIRA

Em 2004, o DCLP passa a ser publicado numa versão mini pela editora Nova Fronteira. Nesse período, o dicionário de Caldas Aulete fazia parte da história dos antigos dicionários brasileiros de língua portuguesa, já que sua última edição datava de 1987 e outros dicionários passam a ter sucesso editorial, como o dicionário de Houaiss (2001) e o de Ferreira (2001), por exemplo.

Inicialmente, o que mais nos chamou a atenção foi, assim como na análise da segunda série do DCLP, a grande mudança nas condições de produção do DCLP. Nos dias atuais, especialmente a partir dos anos 90, observamos uma grande mudança com relação aos dicionários no que diz respeito às novas tecnologias. Como exemplo, temos o fato de alguns dicionários antigos e tradicionais começarem a ser informatizados como, por exemplo, a publicação em CD-Rom na França de obras clássicas como o *Le Littré*. Pruvost (2002: 113) chama esse processo de “réssurrection informatique” do passado lexicográfico.

Também notamos um crescente aumento das versões em CD-Rom de dicionários atuais, assim como sua disponibilidade em rede. Como exemplo, no Brasil, temos a versão em CD-Rom de um dos dicionários mais bem-sucedidos na atualidade, o de Ferreira (1999), o *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Em rede, temos, por exemplo, o dicionário de Michaelis, o *Moderno dicionário da língua portuguesa*, da editora Melhoramentos².

O DCLP, em sua publicação de 2004, insere-se nesse novo espaço e também acompanha essas novas tecnologias. Já na nota da editora, no início do prefácio, há a proposta de “um novo paradigma de dicionários em língua portuguesa” (CALDAS AULETE, 2004: 6), enunciado que é acompanhado, em todo o prefácio, por uma rede parafrástica de termos como “inovação”, “riqueza”, “acervo ilimitado”, “acervo amplo como a própria língua”, “nova e rica versão brasileira”. Mas dentro dessa proposta de um dicionário “novo”, o que mais é mostrado como inovador é a mudança com relação ao público-leitor e à autoria do dicionário, conforme veremos a seguir.

Ainda na nota da editora, a proposta é de que o DCLP seja “sempre aberto à captação de novos vocábulos e acepções – não só a partir da mesa do lexicógrafo, mas

² www2.uol.com.br/michaelis.

também diretamente dos usuários da língua, onde quer que estejam” (CALDAS AULETE, 2004: 6). Esse discurso nos remete ao discurso produzido pelo *website* da editora Nova Fronteira³. Nele, há a exposição de um projeto, que tem como proposta, além de fornecer uma versão *on line* do DCLP, de fazer do leitor uma espécie de co-autor do dicionário, já que ele é convocado a contribuir com novos vocábulos e acepções de vocábulos:

Uma língua não é construída por lexicógrafos, filólogos ou gramáticos. Eles a registram e sistematizam, mas quem a faz, sobretudo, é quem a usa no cotidiano, falando, escrevendo, lendo, cantando etc. (...) Ajude a enriquecer o registro da língua portuguesa mandando para nós uma nova definição de uma palavra conhecida, ou mesmo um vocábulo ou expressão que nunca antes tenha sido registrado em dicionário. Juntos, nós faremos do Caldas Aulete o mais abrangente e atualizado acervo da língua portuguesa. (<http://www.novafronteira.com.br/caldas/porque.asp>)

Assim, há uma mudança com relação à imagem do autor de um dicionário. Existe uma descentralização do papel do autor, que passa a ser dividido com o público contribuinte e, por isso, uma espécie de co-autor da obra.

Ainda com relação à autoria do dicionário, realizamos uma outra observação. Empiricamente, Francisco Julio de Caldas Aulete participou apenas da elaboração do prefácio e das definições das palavras da letra A da primeira edição, a de 1881. Entretanto, seu nome continuou a ser vinculado, imaginariamente, como autor do dicionário, embora com uma nova equipe. Na edição de 2004, observamos um deslocamento com relação ao funcionamento discursivo desse nome de autor. Embora ele seja apontado como autor na capa e na ficha catalográfica, na nota da editora há o enunciado “a marca e o acervo Caldas Aulete”. Notamos, então, que o nome Caldas Aulete deixa de ter um funcionamento de autor elaborador da obra e passa a designar uma marca de dicionários. Assim, o funcionamento do discurso com relação a autoria muda. Ele passa a ser uma marca de dicionários, e a autoria é atribuída a um conjunto de lexicógrafos e também aos leitores que contribuem, como vimos acima.

Defendemos que essa mudança na autoria do dicionário, entre outros fatores, como o resultado da mudança na maneira como conceber um dicionário que, por sua vez, resulta da introdução, em nossa sociedade, de novas tecnologias, como o projeto da versão *on line* do DCLP incluindo as contribuições feitas *on line* pelos leitores. De acordo com Fortunato (2003: 46), “quando numa cultura se introduz uma nova tecnologia – não importa se teve origem externa ou foi produzida em seu interior – e

³ <http://www.novafronteira.com.br/caldas>.

essa tecnologia acentua um dos nossos sentidos, a relação entre os sentidos se altera”. Assim, há uma mudança de sentidos com relação ao dicionário, já que ele passa a ser visto de uma nova maneira, com o público-leitor fazendo parte de sua elaboração e também com uma nova maneira de consultar a obra, *on line* ou por *CD-Rom*, o que disponibiliza a obra em outros meios que não o impresso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou alguns resultados aos que chegamos com a análise discursiva do DCLP e suas reedições, de 1881 até 2004, divididos por três séries. Além das regularidades aqui expostas, muitas outras foram observadas. Tentamos, porém, mostrar os resultados principais.

Em cada etapa de nossa pesquisa e em cada edição analisada, pudemos depreender algumas características do discurso do DCLP, o que nos permitiu conhecer um pouco melhor esse dicionário e também localizá-lo em sua época, com relação a outras obras publicadas. Por meio de nosso trabalho, juntamente com os trabalhos dos autores citados no início do artigo que tomam o dicionário como um objeto discursivo, é possível observar que o dicionário é um discurso inserido em um determinado período histórico, detentor de formações ideológicas e sentidos historicamente construídos. Trata-se de uma proposta de analisar o dicionário que rompe com a imagem que geralmente tem o público geral, a de que ele é um discurso transparente, homogêneo e detentor da verdade incontestável com relação ao sentido das palavras. O dicionário, tal como o concebemos, é produzido sob certas condições históricas, por sujeitos afetados por essa história. Portanto, seu discurso não é transparente e homogêneo.

Acreditamos também que os resultados de nossa análise, como já havíamos afirmado na introdução, também trazem elementos para a história da produção lexicográfica, principalmente brasileira, o que nos permite conhecer um pouco mais, não só da história dos dicionários, mas também a história do nosso país, da constituição de sua identidade e da relação do sujeito com a língua.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CALDAS AULETE, Francisco Julio. *Diccionario contemporaneo da língua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881.
2. _____. *Diccionario contemporaneo da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1925.
3. _____. *Diccionario contemporâneo da língua portuguesa*. 3.ed. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1948.
4. _____. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
5. _____. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5.ed.. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
6. _____. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1974.
7. _____. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*.. 7.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980.
8. _____. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 8.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1987.
9. _____. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
10. COLLINOT, Andre; MAZIÈRE, Francine. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
11. DELESSALE, Simone; VALENSI, Lucette. A palavra “Nègre” nos Dicionários Franceses do Antigo Regime. *História e Lexicografia, Rua*, Ano VIII, n.8, março de 2002.
12. DICIONÁRIO AURÉLIO eletrônico; século XXI. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0.
13. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
14. FORTUNATO, Márcia Vescovi. *Autoria sob a materialidade do discurso*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP/Faculdade de Educação, 2003.
15. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
16. HOUAISS, Antônio. *Dicionário houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro:

Editora Objetiva, 2001.

17. NUNES, José Horta. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.
18. _____. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas, SP: Pontes, 2002.
19. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
20. _____. Apresentação. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001-1.
21. _____. Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001-2.
22. PÊCHEUX, Michel. *Por uma análise automática do Discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
23. _____. *Semântica e Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
24. PFEIFFER, Claudia Castellano. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.
25. PRUVOST, Jean. Le passe lexicographique et sa resurrection informatique. In: PRUVOST, Jean. *Dictionnaires et nouvelles technologies*. Paris: Presse Universitaires de France, 2000.